

# Hospitalidade Institucional aos Refugiados no Paraná (Brasil).

Mirna de Lima Medeiros, Jean Batista Lopes de Oliveira y Gisele Cristina de Oliveira.

Cita:

Mirna de Lima Medeiros, Jean Batista Lopes de Oliveira y Gisele Cristina de Oliveira (2019). *Hospitalidade Institucional aos Refugiados no Paraná (Brasil)*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/843>



## Hospitalidade Institucional aos Refugiados no Paraná (Brasil)

Mirna de Lima Medeiros<sup>1</sup>  
Jean Batista Lopes de Oliveira<sup>2</sup>  
Gisele Cristina de Oliveira<sup>3</sup>

### Resumo

Considera-se refugiado o indivíduo que é forçado a abandonar seu país por motivos de raça, religião, opinião política, grave violação dos direitos humanos, entre outras situações; sujeitos estes que precisam de proteção internacional. Hospitalidade é o ato de acolher bem uma pessoa e não está presente apenas no meio turístico, mas também para àqueles que necessitem de acolhimento especial como os refugiados. Esses podem demandá-la sobremaneira, mas, como apontado pela mídia e por autores como Bauman, Sassen e Sayad, isso nem sempre ocorre. O número de refugiados no Brasil tem crescido e o Paraná é o terceiro estado em termos de recepção desses sujeitos. Diante disso indagou-se: como as instituições paranaenses recebem os refugiados? Assim, buscou-se analisar a hospitalidade institucional dos refugiados no estado do Paraná, listando as instituições paranaenses que os recebem e descrevendo as ações desenvolvidas pelas mesmas para acolhê-los. A pesquisa foi exploratório-descritiva de natureza qualitativa. Inicialmente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica contemplando o arcabouço legal de organizações internacionais (ACNUR), nacionais (CONARE), e literatura acadêmica nacional e internacional para consolidação teórica dos conceitos de refúgio e hospitalidade. Em seguida, foram descritas as entidades paranaenses de acolhimento dos refugiados no Paraná a partir de pesquisa documental e, quando necessário, por meio de entrevistas. Encontrou-se cerca de 40 entidades que acolhem de alguma maneira aos refugiados. Suas principais ações são direcionadas ao auxílio na regularização documental, ensino da língua portuguesa e integração social, esta última, por meio de ações de facilitação de emprego e de socialização na comunidade local.

### Palavras-chave

Refugiados; Hospitalidade; Hospitalidade Institucional; Paraná, Instituições Paranaenses.

### Introdução

Veiga (2004) apresenta algumas definições de hospitalidade, sendo que ela pode ser compreendida como o ato de acolher bem uma pessoa ou um grupo de pessoas, residentes de uma cidade ou país diferente, ou ainda, receber alguém em sua própria residência, oferecendo hospedagem por um período de tempo. Acredita-se que a hospitalidade está



ligada apenas aos serviços turísticos, mais especificamente no meio hoteleiro, talvez por utilizar a hospedagem como principal característica, mas na fala de Furtado e Vieira (2011), a hospitalidade doméstica torna-se uma base para a hospitalidade comercial, uma vez que ela existe em cada ser humano e também está exposta no meio profissional. Então, a hospitalidade torna-se algo presente, mesmo sem pretender, durante todo o processo de chegada e recebimento de um visitante, bem como de um refugiado.

De acordo com a Lei 9.474 de 1997, presente no Estatuto do Refugiado, são considerados refugiados os indivíduos que sofrem perseguições motivadas pela raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, também as pessoas que não possuem nacionalidade, bem como devido a grave e generalizada violação de direitos humanos. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2017), o número de refugiados pelo mundo corresponde a 25,4 milhões de pessoas, sendo os conflitos e guerras os principais motivos para tais deslocamentos.

No Brasil houve um crescimento considerável na quantidade de refugiados e o Paraná é o terceiro estado com a maior população desses sujeitos do país, fica atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro, de acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Além disso, segundo o ACNUR (2016), Curitiba estaria construindo a “Cidade de Refúgio”, um lugar para acolher os refugiados vítimas de perseguição religiosa. Este é apenas um exemplo pelo qual essas pessoas são obrigadas a deixar seu país de origem em busca de oportunidades de uma vida digna em outros lugares.

Assim, é importante fazer uma análise de como as instituições existentes no estado paranaense recebem estes refugiados. Vale ressaltar também que não há muitas publicações sobre o tema, e que ao buscar no portal de pesquisa *Scielo*, com os descritores “refugiados” e “hospitalidade” em conjunto retornou com apenas um trabalho e com os descritores “refugiados” e “Brasil” retornou com 31 trabalhos, alguns em outros idiomas.

Dessa forma, este estudo se propõe a analisar a hospitalidade institucional paranaense, verificando as ações desenvolvidas por estas entidades. Por se tratar de pessoas que foram forçadas a abandonar seu país de origem, na maioria das vezes deixando, também, sua família para trás, é importante pensar no sofrimento que essas pessoas carregam, tentando facilitar a inserção delas em uma nova sociedade. Sabe-se ainda que não é tão fácil. Segundo Moreira (2014)

*A integração local, como já indicado, constitui um processo complexo que abrange múltiplos fatores, entre os quais socioeconômicos, culturais e políticos. É preciso propiciar ao*



*refugiado oportunidades de emprego, moradia, aprendizado da língua, utilização de serviços públicos, especialmente de saúde e educação. Outro ponto fundamental se refere à construção de relações sociais com os membros da comunidade local. (p. 9)*

É necessário fazer um planejamento completo, pensar a longo prazo, já que se trata de pessoas que passaram por dificuldades e agora procuram novas oportunidades de terem uma vida mais digna. Estas novas oportunidades estão relacionadas diretamente com a hospitalidade, não apenas institucional, mas também da sociedade como um todo, a fim de que tais sujeitos consigam viver em harmonia no país de acolhida.

### **Conceitos de hospitalidade**

Historicamente, o termo hospitalidade em uma abordagem europeia se referia ao hospital social e em uma abordagem norte-americana se referia ao hospital comercial, dando a ideia de dar atenção e cuidar das pessoas, que está disposto a ser cordial, exemplificando o ato de hospedar e que possui uma qualidade em seu serviço ofertado. Em contrapartida, a hospitalidade não é algo que deve ser obrigado, precisa ser natural vinda de outra pessoa e tem a função de estabelecer relacionamentos entre o visitante e o visitado. Segundo Grinover (2002) esta relação proporciona “uma enorme riqueza de conhecimentos, modificando sua visão de mundo e acrescentando valores inconfundíveis ao relacionamento humano”, transformando a vida de ambas as partes, se pensar que o homem é um ser que está sempre evoluindo e a troca de experiências (sociais e culturais) com outras pessoas permite que isso ocorra naturalmente.

Para iniciar a discussão em torno da hospitalidade, vale ressaltar que há diferentes categorias em que este ato se encontra, e segundo Camargo (2004, p. 52) são: doméstica, pública, comercial e virtual, sendo que as práticas sociais inseridas no processo da hospitalidade sugeridas pelo autor são: receber, hospedar, alimentar e entreter o visitante. Para complementar esta mesma ideia, o autor afirma que a “hospitalidade pode ser definida como o ato humano, exercido em contexto doméstico, público e profissional, de receber, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu habitat natural”.

Dencker e Bueno (2003, p. 15) separam o estudo da hospitalidade em eixo cultural e eixo social. O primeiro aborda as práticas sociais da hospitalidade (receber, hospedar, alimentar e entreter), que são os atos ofertados a alguém, sendo que para os autores o receber é um sinônimo de hospitalidade e que hospedar não é necessariamente obrigatório neste ato, mas que oferecer alimentos e entreter o hóspede fazem com que sua estadia seja



mais agradável naquele local. O eixo social, referente às categorias da hospitalidade (doméstica, pública, comercial e virtual) é o ato de receber pessoas em órgãos públicos (recepcionar), abrir espaços públicos para essas pessoas (hospedar), oferecer alimentos, como a gastronomia local (alimentar) e proporcionar o lazer, também em espaços públicos (entreter) e segundo os autores aborda “a problemática dos migrantes de países mais pobres em direção aos mais ricos” (2003, p. 16), ressaltando que esta pesquisa usará mais frequentemente as discussões abordadas no segundo eixo.

Camargo (2004, p. 40) apresenta duas escolas de estudo da hospitalidade: a escola francesa, que estuda a hospitalidade doméstica, bem como a hospitalidade pública e a escola americana, a qual foca em instituições e empresas, incluindo aqui os hotéis e os restaurantes. Diante disto, esta pesquisa estará mais voltada para os estudos realizados pela escola americana, uma vez que está buscando instituições que recebem refugiados no estado do Paraná, e para isso é importante fazer um estudo da hospitalidade e saber como este processo ocorre também dentro da sociedade. A seguir, serão expostos alguns conceitos de hospitalidade, a fim de compreender o principal objetivo deste ato.

Segundo Pimentel (2009, p. 28), a hospitalidade pode ser compreendida como relações de trocas “voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas. Coexistem, portanto, uma liberdade e uma obrigação de dar e receber, assim como uma liberdade e uma obrigação de retribuir”. Pode-se dizer então, que a hospitalidade é uma forma de prestação de serviços e que no turismo, proporcionam o bem-estar de uma pessoa, mas além disso, está inserida em qualquer ato de bem-receber. Plentz (2005) afirma que a hospitalidade “em sua totalidade, resgata as regras da boa convivência, do bem-estar, da cordialidade e da qualidade de vida”.

Pode-se afirmar também que a hospitalidade não é um ato apenas de quem está recebendo, mas também do recebido. Camargo (2004, p. 43) ressalta que o primeiro passo para uma adaptação ao novo local de moradia deve partir do recém-chegado e que às vezes ele tem dificuldades de se adaptar, o que pode gerar problemas entre o anfitrião e o próprio hóspede. Dessa forma, sugere-se que a hospitalidade está relacionada diretamente com a hospedagem de modo que faz com que o hóspede se sinta acolhido, que segundo Oliveira e Santos (2010) é “um conjunto de valores, modelos e ações presentes em todas as circunstâncias do fazer humano relacionado ao ato de receber pessoas”.

A hospitalidade demonstra ser uma área multidisciplinar, uma vez que alcança a filosofia, como forma de refletir sobre a importância deste ato e a antropologia, que aborda a questão do homem como um ser social e sua relação com o outro, por isso é importante analisar a



hospitalidade com diferentes aspectos e analisar o homem como indivíduo, assim como as mudanças significativas que a troca de experiências culturais podem aparecer durante a convivência com o novo.

### Refúgio

Antes de apresentar informações sobre os refugiados, é necessário entender que existem também os grupos de migrantes, os quais segundo a Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, são as pessoas que se deslocam para outro país ou região em que estão incluídos o imigrante, o emigrante e o apátrida; imigrantes são os indivíduos que se deslocam de seu país de origem e que se estabelecem temporária ou definitivamente em outro; e os apátridas são as pessoas que não têm nacionalidade reconhecida por nenhum país, sendo que os principais problemas enfrentados por estes grupos são a dificuldade de ir à escola, atendimento médico, conseguir um emprego, abrir conta bancária, comprar uma casa e também casar legalmente.

O problema que se verifica atualmente é a confusão entre os conceitos de migrantes e refugiados, o que pode se tornar um problema para estes, gerando um enfraquecimento no apoio e na proteção dos mesmos, pois a migração em geral e o refúgio são institutos diferentes, uma vez que o refúgio é considerado o deslocamento forçado de pessoas que saem involuntariamente de seu país, enquanto que a migração é o deslocamento voluntário, ainda que seja motivado por questões humanitárias. O ACNUR (2016) revela que as migrações acontecem na busca de melhoria de condições financeiras, educação, reuniões familiares ou outras razões, mas os migrantes podem retornar ao seu país de origem sem maiores problemas, e assim como os refugiados, eles também recebem proteção internacional dos direitos humanos.

A propósito, o Art. 1º da Lei 9.474 de 1997, que trata das questões dos refugiados no Brasil, considera como refugiado

*todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.*



O ACNUR (2017), em seu relatório anual Tendências Globais (*Global Trends*) informou que o número de refugiados chega a 25,4 milhões de pessoas, sendo que há 68,5 milhões de deslocamentos de pessoas pelo mundo. Explicando que na maioria das vezes essas pessoas não saem do seu país de origem e se deslocam dentro dele. Informa ainda, que 2,8 milhões de são solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado.

O Refúgio em Números, documento criado pela Secretaria Nacional da Justiça menciona a fala do ex Presidente da República, Michel Temer, na ONU em 2017, referente a Lei de Refúgio brasileira, a qual seria uma das mais modernas do mundo, sendo assim apresenta os seguintes dados: acúmulo de 10.145 refugiados reconhecidos; 86.077 solicitações de reconhecimento em trâmite; e a nacionalidade com maior número de acumulados de refugiados reconhecidos seria da Síria (39%).

A Agência da ONU para Refugiados produziu uma Cartilha para Solicitantes de Refúgio no Brasil (2015), que apresenta informações não somente para os refugiados, mas também funciona como um instrumento de apoio para instituições e pessoas que possam se interessar em ajudá-los de alguma forma.

Esta Cartilha apresenta também os direitos e deveres dos refugiados, afirmando que uma vez dada a entrada no país, eles não podem ser devolvidos, bem como a não penalização pela entrada irregular, eles têm direitos a regularização de documentos, a trabalhar, a educação, a saúde, podendo ainda praticar livremente sua religião. Entretanto, têm algumas obrigações em seu novo país de moradia, como: respeitar as leis, pessoas, entidades, órgãos públicos e privados, se atentar para sempre atualizar seu Protocolo provisório de solicitação de refúgio e informar o local onde está morando nas Delegacias de Polícia Federal, órgão responsável para dar início ao processo de refúgio e junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), que analisa e decide todos os pedidos de refúgio no Brasil. Já o Ministério da Justiça analisa e decide todos os recursos dos solicitantes de refúgio, como “temas relativos ao Poder Judiciário, segurança pública, nacionalidade, estrangeiros, populações indígenas, dentre outros temas”.

Sobre os primeiros atendimentos aos refugiados no Brasil, como: orientações, informações, encaminhamentos para solicitar moradia, saúde, educação, documentação, cursos de português e inclusão no mercado de trabalho. A Cartilha informa que o ACNUR tem apoio de organizações da sociedade civil, as quais já possuem experiências com o tema e ajudam a promover a proteção, assistência e integração dos solicitantes e refugiados no país. Segundo a Cartilha, as organizações estão presentes em três cidades do país: Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ) no Rio de Janeiro; Caritas



Arquidiocesana de São Paulo (CASP) em São Paulo; e Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) em Brasília.

Sobre os problemas que podem surgir no momento de chegada dos refugiados no país, uma questão que merece uma atenção por parte de quem dá apoio aos refugiados é a dificuldade em encontrar um lugar para morar, e diante disto a Agência da ONU tenta obter parcerias com empresas com o intuito de construir abrigos de forma sustentável para os refugiados, de acordo com uma matéria publicada em 2017 no próprio site das Nações Unidas no Brasil. Segundo uma representante da ACNUR, por não conhecerem bem o país, eles acabam pagando aluguéis altos e ainda sofrem preconceito diante dessa situação, ressaltando ainda que a moradia é uma das principais preocupações dos refugiados.

Além de sofrerem com racismo, os refugiados sofrem com a falta de políticas públicas, como explica um entrevistado em uma matéria de junho de 2018 do site Brasil de Fato. Ao mesmo tempo em que o Brasil é um país hospitaleiro, apresenta ainda problemas econômicos e de preconceito contra as minorias, mas isso parece não afetar no interesse dos refugiados a virem para cá. A demora para regularizar documentos é algo que os impossibilita de conseguir um emprego e um lugar para morar e de acordo com esta reportagem, os refugiados precisam de mais atenção e a ajuda oferecida pelo governo brasileiro não é suficiente, pois o que recebem é uma ajuda básica. É neste momento em que as instituições que auxiliam os refugiados ganham um papel importante, uma vez que tentam facilitar sua chegada no país, bem como dar um primeiro apoio para eles. Com isto, pode-se notar um início da hospitalidade. Compreende-se então que, assim como outros visitantes, esses indivíduos necessitam de acolhida ao chegarem a uma comunidade e cabe às instituições receptoras, a princípio, proporcionarem isso a eles.

Estas são explicações para facilitar a inserção do refugiado na sociedade, já utilizando pequenas porções de uma hospitalidade pouco trabalhada e entendida. Sabe-se que ainda é preciso conquistar a hospitalidade vinda da sociedade no geral, e como aponta Bauman (2017, p. 13), os refugiados são vistos como “estranhos”, o que pode causar - facilmente - uma antipatia por parte da população, por não estar acostumada a interagir com o “diferente”, e infelizmente esta é uma visão comum que se tem dos refugiados, ignorando as ricas contribuições que eles podem oferecer para o novo meio em que pretendem se inserir. E é isto o que as instituições tentam - com dificuldade - apoiar e mostrar, a fim de facilitar a inserção deles na sociedade.



Sayad (1998, p. 58) revela que as discriminações de direito ocorrem justamente por causa das desigualdades sociais, econômicas e culturais, ou seja, pontos específicos que os refugiados trazem consigo e que a sociedade no geral pode ver como prejudicial ao meio, já que este grupo considera-se dominante sobre o primeiro (tratando-se de uma minoria), e que deseja manter “o conservadorismo social e político” (Sayad, 1998, p. 21). Resumindo na fala de Sassen (2016, p. 72), a poluição revela-se ser um tanto quanto xenofóbica ao tratar assuntos relacionados aos refugiados.

Indo mais além e para finalizar esta discussão, Sayad (1998) faz um apontamento sobre imigrantes que pode facilmente abranger os refugiados, quando o autor afirma que eles são taxados de parasitas dentro de uma nova sociedade. Ressaltando ainda que

*Os imigrantes tinham seu lugar durável, um lugar à margem e na parte inferior da hierarquia social, é verdade, mas um lugar duradouro; quer, ao reconhecer a utilidade econômica e social dos imigrantes, ou seja, as “vantagens” que eles ofereciam para a economia que os utilizava, se queira agradecer-lhes (pelo menos verbalmente) ou ainda defender seus direitos (os que já foram adquiridos ou os que precisam ser conquistados, como, por exemplo, o direito de “continuar como imigrantes). (p. 47)*

Observando então, a história de vida de refugiados, as dificuldades enfrentadas por eles e entender que sua adaptação não será tão fácil como a de um turista comum, por exemplo. Cabe a quem está hospedando oferecer um ambiente agradável e seguro à essas pessoas para que elas se sintam confortáveis e assim possam se acostumar com a sua nova realidade.

Entende-se então, que o refúgio passa por diversas fases e os detalhes precisam de bastante atenção. Não adianta apenas trazer os refugiados para o país e não se atentar para as necessidades básicas que eles carecem. Este é um dos principais papéis do ACNUR, que oferece proteção e assistência a eles sem distinção de raça, sexo, religião ou opinião política.

### **Metodologia**

A presente proposta de pesquisa é de cunho exploratório-descritivo, com a finalidade de analisar os materiais selecionados, a fim de compará-los com o levantamento feito das instituições paranaenses. É também de natureza qualitativa, com o objetivo de investigar como e quais ações são realizadas para solucionar o problema em questão.

Este trabalho investigou, por meio de buscas em bases de dados de pesquisa os conceitos de hospitalidade, uma vez que existe mais de um tipo, analisando qual se encaixa mais ao



discutir a relação que se dá entre a hospitalidade institucional e os refugiados. Para a realização desta pesquisa, procurou-se analisar as Instituições que dão apoio aos refugiados e para isso foram selecionadas as cinco maiores cidades do Paraná, sendo: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, além dos principais órgãos brasileiros (o CONARE, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal).

Há um Guia de Contatos para Migrantes e Refugiados no Estado do Paraná, elaborado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, Cáritas Brasileira Regional Paraná e Projeto Centro de Referência em Direitos Humanos Dom Hélder Câmara e Projeto Migrações, Refúgio e Hospitalidade – UFPR, sendo utilizado como principal fonte de dados. Este Guia apresenta, além de informações básicas, como nome, endereço, horário de funcionamento e contato, as ações desenvolvidas pelas Instituições e na falta de alguma informação, foi pesquisado no *site* das mesmas ou através de contato telefônico.

Portanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas essas bibliografias, selecionando as instituições pertinentes ao tema e realizada uma análise documental no que havia disponível de dado secundário nos sites e redes sociais institucionais. Por fim, quando possível, foram realizadas entrevistas com representantes de instituições que recebem aos refugiados, destacando as ações e desafios que surgem, tanto para eles como para as instituições que os recebem.

O estudo foi feito por meio de análise de conteúdo, que é, basicamente, uma forma de interpretação dos documentos utilizados durante a pesquisa, assim como das transcrições das entrevistas realizadas pessoalmente ou por meio telefônico (quadros 01, 02, 03, 04 e 05). Segundo Appolinário (2012, p. 165), a finalidade deste tipo de análise é “buscar o significado de materiais textuais”, e a forma sugerida pelo autor de se fazer isso é reduzindo e simplificando a mensagem geral do material até alcançar seu significado mais claro, selecionando aquilo que estiver relacionado com o referencial teórico e que seja relevante para solucionar o problema de pesquisa.

As informações sobre as Instituições de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel foram retiradas do Guia de Contatos para Migrantes e Refugiados no Estado do Paraná e também em pesquisas *on-line* no site das Instituições.

No simpósio “Refugiados no Paraná: como acolher e integrar”, realizado em Curitiba entre os dias 8 e 10 de maio, foram apresentadas duas opções que podem facilitar a procura de refugiados a um emprego no Brasil: o aplicativo “Paraná Serviços”, o qual pretende



aproximar empregadores e trabalhadores autônomos; e a plataforma “Empresas com Refugiados”, que segundo o ACNUR, fazem parte as empresas que buscam mais diversidade em seu ambiente de trabalho.

As entrevistas realizadas e participações em eventos serviram como complemento de dados, buscando analisar o que já havia sido encontrado no material utilizado. Após, obteve-se acesso a um levantamento das instituições da cidade de Ponta Grossa, que dão apoio aos refugiados, sendo feito através de pesquisas exploratórias e visitas nas instituições, as quais serão apresentadas posteriormente, como forma de expor as ações realizadas e como se dão os primeiros atendimentos aos refugiados. Para isso, julgou-se necessário explicar, a princípio, o que é hospitalidade e como este ato se relaciona com o público em questão e, principalmente, como as instituições utilizam dela para dar um bom atendimento a eles, mesmo que inconscientemente, ficando claro ao especificar as ações desenvolvidas pelas instituições e também por pessoas que se dispõem a ajudá-los de alguma forma.

### **Hospitalidade e refúgio no Paraná**

Após a análise dos documentos e contato com as Instituições, foi possível concluir que existe um grande interesse por parte do estado em ajudar e auxiliar os refugiados desde a sua chegada no país e principalmente durante sua estadia, como a procura por um lugar para morar, regularização de documentos, auxílio médico e também na procura por um emprego, a fim de ressocializar essas pessoas. Entretanto, parte das Instituições apresentadas neste material, não está focada nos refugiados. Elas dão suporte para todas as pessoas que buscam ajuda, como os dependentes químicos e moradores de rua, por exemplo, mas informaram que já ampararam refugiados, ocasionalmente.

Outra questão levantada por uma representante de uma das Instituições de Ponta Grossa é o preconceito que eles enfrentam ao chegar em um país diferente, mesmo que na opinião de alguns, os brasileiros sejam considerados um povo acessível e acolhedor. Muitas vezes são acusados, indiretamente, de estarem tirando o emprego dos residentes locais. Mas, verificou-se que a gastronomia é uma alternativa para os refugiados, quando abrem seus próprios empreendimentos, focando em cardápios do seu país de origem, como no caso de uma entrevistada e sua família.

Foi possível observar também que há um esforço máximo das Instituições em acompanhar os refugiados em todo o processo de socialização. Isto inclui desde a regularização de documentos até a assistência para encontrar um lugar para morar, e na maioria dos casos,



facilitar também, a vinda da família do refugiado, que ainda permanece em seu país. Para isso, é preciso dar um suporte a longo prazo para ele, dando segurança em um processo cheio de detalhes e muitas vezes demorado.

Percebe-se então, que as Instituições e pessoas físicas que auxiliam na chegada e no encaminhamento de refugiados executam o ato primário da hospitalidade, que é o bem-receber. Após, dão abrigo e auxiliam nas necessidades básicas de uma pessoa, como a alimentação e a comunicação, focando em uma melhoria significativa na vida pessoal e profissional dos refugiados, facilitando sua inserção na sociedade.

Diante desta discussão, as Instituições Paranaenses que prestam auxílio aos refugiados estão descritas nos quadros 01, 02, 03, 04 e 05. Os quadros foram divididos por cidades (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel), constando a tipologia e/ou área em que atuam e ações desenvolvidas pelas mesmas.

O quadro 01 mostra que em Curitiba, capital do estado do Paraná, foram encontradas 12 Instituições, as quais auxiliam na parte religiosa, jurídica e educacional. Ao todo são 4 instituições religiosas, as quais realizam acolhida e fazem encaminhamentos para os mais diversos tipos de necessidades, como regularização de documentos, serviços médicos, além da oferta de aulas de português para os refugiados; 4 instituições que dão auxílio jurídico, focando na prestação de orientações com relação aos direitos dos refugiados; e as outras 4 são Universidades, as quais se comprometem em ensinar a língua portuguesa.

Verifica-se assim, que Curitiba possui um número significativo de Instituições em que os refugiados podem procurar assistência e apoio.

#### Anexo 1: Quadro 1

Em Londrina, com um número menor de instituições, apenas 6, como está registrado no quadro 02, as áreas de atuação são, praticamente, as mesmas de Curitiba. Encontrou-se 1 instituição religiosa, a qual acolhe e presta serviços de integração; 1 assistência jurídica para emissão de documentos; e 1 Universidade, que assim como as instituições educacionais de Curitiba, oferece aulas de português. Somam-se ainda, 3 instituições da área profissional, que é uma forma de facilitar a conquista de um trabalho.

#### Anexo 2: Quadro 2

O quadro 03 apresenta Maringá, cidade com menor número de Instituições, foram encontradas apenas 3: 1 instituição religiosa, que segue a mesma proposta das outras



ciudades, a qual acolhe e auxilia na integração do refugiado em uma nova sociedade e 2 instituições profissionais.

#### Anexo 3: Quadro 3

A cidade com maior número de Instituições (15 no total) é Ponta Grossa, como sugere o quadro 04, sendo também a única cidade onde foi possível realizar visitas nas instituições para realizar as entrevistas. Foram feitas 13 entrevistas diretamente com seus representantes e 02 contatos foram de participações em eventos.

Como nas demais cidades, Ponta Grossa possui instituições que dão apoio em diversas áreas, sendo em sua maioria instituições religiosas (6), as quais acolhem e fazem encaminhamentos médicos, auxiliam na regularização de documentos, ensino da língua etc.; seguindo por 3 instituições que auxiliam profissionalmente; 2 assessorias jurídicas; 2 projetos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que visam o ensino da língua; e conta ainda com 2 Unidades Públicas de Proteção Social Básica e Especial, na área da saúde.

#### Anexo 4: Quadro 4

Cascavel possui 5 Instituições, como pode ser visto no quadro 05. Para acolher e integrar os refugiados na sociedade, aparece 1 instituição religiosa; para a regularização de documentos há 1 assessoria jurídica; e conta com 3 instituições envolvidas na área profissional.

#### Anexo 5: Quadro 5

Observa-se ao todo, 41 Instituições em 5 cidades do estado do Paraná que auxiliam os refugiados desde a sua chegada e estada na localidade. Sendo – privadas e públicas. Dentre elas, oferecem apoio que está inserido dentro do ato da hospitalidade.

Por meio do Guia de Contatos para Migrantes e Refugiados no Estado do Paraná, foi possível ter uma ideia sobre as ações desenvolvidas pelas Instituições, uma vez que já estão indicadas as atividades de cada uma delas no próprio Guia. Conclui-se então, que as Instituições das cinco cidades possuem as mesmas características de tipologia (instituições religiosas, assessoria jurídica, profissional e de educação) e as ações desenvolvidas por elas dão o mesmo suporte e auxílio para os refugiados.

Foi possível observar que falta um controle por parte das Instituições para se ter conhecimento de quantos refugiados elas atendem, mas ao mesmo tempo é nítido que se



preocupam em recebê-los bem e dar o apoio que necessitam, sendo estes, objetivos principais do ato da hospitalidade.

### **Considerações Finais**

Atualmente, os assuntos sobre os refugiados estão aparecendo muito mais na grande mídia, o que faz com que as pessoas se sensibilizem com as histórias deles, e então, se proponham a recebê-los, sendo esta uma característica da hospitalidade.

Ainda assim, são poucos os órgãos governamentais que dão auxílio imediato aos solicitantes de refúgio, mais precisamente são: o CONARE, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, mas apenas na parte burocrática. As outras Instituições citadas nesta pesquisa, como ONGs, Universidades e Igrejas ajudam os refugiados também na parte de regularização de documentos, mas vão além. Estes órgãos fazem um acompanhamento no processo de inserção dos refugiados na sociedade. Eles não se preocupam apenas com a parte burocrática, mas também com as necessidades básicas de um indivíduo, como alimentação, moradia e um emprego, fazendo com que essas pessoas tenham a oportunidade de um recomeço.

Conclui-se então, que este ato de receber refugiados no país está diretamente ligado à hospitalidade e que a hospitalidade institucional pode vir a ser uma nova modalidade desta disciplina, uma vez que utiliza suas características básicas, como receber, hospedar e alimentar, mas ainda considera outras questões, ou seja, o auxílio aos refugiados deve ser continuado, a fim de manter a integração deles em seu novo país de moradia. Quando Bauman (2017) apresenta a ideia de que a sociedade não está acostumada a lidar com o diferente, é importante analisar todo o contexto desta afirmação, se pensar que o estrangeiro visitante, o turista, dificilmente seria tratado com hostilidade. Talvez não seja o costume de interagir com o diferente, mas algo além disso. As dúvidas surgem diante deste raciocínio quando se avalia as duas situações, já que está tudo bem receber um visitante que não tem a intenção de ficar, apenas irá consumir temporariamente em uma determinada localidade. Mudando drasticamente o cenário se este visitante for um refugiado. Talvez seja a falta de vontade e o egoísmo por parte da população receptora de dividir seu território e suas conquistas com indivíduos que precisam receber mais do que podem oferecer. A falsa preocupação de que podem perder seus empregos por causa desses sujeitos.

Considerando ainda a condição em que o Brasil se encontra, que segundo Kadletz (2019), quando o atual Presidente da República, sendo de extrema-direita, se mostra contra às



políticas migratórias, traz um sentimento de enfraquecimento de tudo aquilo que foi conquistado até o momento. E Sayad (1998) não poderia ter usado adjetivo melhor para descrever a visão que a sociedade tem dos imigrantes e refugiados e a fala do Presidente reflete exatamente isso, ao afirmar que “imigrantes não têm boas intenções nem quer fazer o bem aos americanos”. Com isto, ele, sendo uma figura pública, dá a liberdade para que a população no geral e principalmente seus apoiadores também expressem suas opiniões conservadoras e xenofóbicas, como podem ser encontradas facilmente em qualquer matéria ou publicações sobre o presidente e suas falas.

Sendo assim, é importante se ter o conhecimento dos direitos e deveres desses indivíduos e analisar os espaços que auxiliam na vinda deles para o país, o que e como se deve ser o procedimento para recebê-los de forma legal.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos próprios refugiados, foi possível perceber que a questão do idioma prejudica no momento de conseguir um emprego, por exemplo, como relatou uma das entrevistadas. Outros fatores abordados pela mesma, é a dificuldade de validar diplomas escolares no país, bem como a dificuldade do pedido de visto permanente e assuntos relacionados ao crédito bancário.

Esta pesquisa listou as instituições paranaenses que acolhem os refugiados no estado, descrevendo as ações desenvolvidas ao recebê-los, tendo como base a hospitalidade. Buscou ainda, esclarecer que a hospitalidade não se encontra somente nas atividades turísticas, mas também está inserida em qualquer ato de bem-receber, passando por uma mais simples, a hospitalidade domiciliar, até chegar na hospitalidade institucional, a qual se tornou o tema de análise proposto neste estudo. De acordo com o ACNUR, a falta de informação por parte da população gera preconceito e dificulta a integração social e econômica dos refugiados no país.

Como principal dificuldade durante a realização da pesquisa, destaca-se a falta de fontes mais precisas para buscar as instituições apoiadoras e saber efetivamente se elas já receberam refugiados ou não, já que muitas delas auxiliam, na maioria das vezes, moradores de rua, e não são direcionadas exclusivamente para os refugiados, e com isso, pode haver um conflito de interesses no momento de analisar exatamente um caso do outro, sabendo que as necessidades de um refugiado são diferentes de alguém em situação de dependência química ou de um morador de rua. Outra dificuldade, é a busca por instituições fora de Ponta Grossa, sendo que as principais foram encontradas no Guia de Contatos para Migrantes e Refugiados no Estado do Paraná.



Como estudos futuros, propõe-se contatar os refugiados que obtiveram ajuda por meio destas instituições, fazer um levantamento das vantagens e desvantagens, o que eles acham que pode melhorar no atendimento e durante o processo de refúgio e também quais eram suas principais expectativas ao chegar em um país novo e se elas foram alcançadas. Desta forma, é possível ouvir os principais interessados nas questões de integração em uma nova sociedade e facilitar sua chegada e estadia, sabendo que eles passam por inúmeras dificuldades ao procurar permanência no país, como foi relatado anteriormente.

Cabe, então, propor que as Instituições possuam áreas específicas de atendimentos a pessoas solicitantes de refúgio, que tentem de alguma forma, facilitar o processo dos refugiados e acompanhar a integração deles na sociedade, desde um lugar para morar como obter um emprego, ou seja, é uma questão que deve ser planejada a longo prazo. É necessário o desenvolvimento de políticas públicas específicas para as necessidades dessas pessoas e também educar a população como um todo, a fim de sensibilizá-la e, principalmente, conscientizá-la sobre este assunto.

Sendo assim, este projeto buscará propagar o conhecimento através de eventos e/ou publicações, a fim de informar a um tema atual e delicado para a sociedade no geral, uma vez que é o meio em que os refugiados estarão inseridos, sendo assim, o acesso a informação sobre estas pessoas é de extrema importância para que se alcance um trabalho de inclusão válido.

### **Agradecimentos**

A Fundação Araucária pelo apoio financeiro, possibilitando o incentivo para que esta pesquisa fosse realizada.

Ao Grupo de Estudos “Questão ambiental, gênero e condição de pobreza”, ofertado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, o qual deu um suporte teórico bastante claro e também pelo material de apoio sobre o tema em questão.

As Instituições de Ponta Grossa pelo interesse em participar das entrevistas realizadas.

### **Notas**

<sup>1</sup>Professora no curso de bacharelado em Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

<sup>2</sup>Acadêmico do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



<sup>3</sup>Doutoranda e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e Professora Colaboradora no curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



## Anexos

### Anexo 1:

INSTITUIÇÕES – Curitiba	TIPO/ÁREA	AÇÕES DESENVOLVIDAS
<b>Centro de Referência em Direitos Humanos Dom Hélder Câmara - Cáritas Paraná</b>	Instituição Religiosa	- Atendimentos nas áreas jurídica, serviço social e psicologia; - Acolhida humanitária.
<b>Programa Política Migratória e Universidade Brasileira – Universidade Federal do Estado do Paraná</b>	Instituição Estudantil	- Atividades de defesa e promoção dos direitos dos migrantes/refugiados.
<b>Pastoral do Migrante</b>	Instituição Religiosa	- Encaminhamentos para serviços de saúde, de assistência social, de educação e regularização de documentação.
<b>Igreja Batista Pompéia</b>	Instituição Religiosa	- Encaminhamento para regularização de documentos e permanência no país; - Aulas de português e ensino bíblico.
<b>Recanto Franciscano</b>	Instituição Religiosa	- Acolhimento; - Ensino da Língua Portuguesa.
<b>CASLA - Casa Latino Americana</b>	Assessoria Jurídica	- Promove o respeito e os direitos dos imigrantes.
<b>Comissão de Direitos dos Refugiados e Migrantes - OAB/PR</b>	Assessoria Jurídica	- Presta orientação.
<b>Defensoria Pública da União</b>	Assessoria Jurídica	- Assistência jurídica integral e gratuita a imigrantes; - Promoção dos direitos de imigrantes e refugiados; - Articulação com órgãos governamentais e a sociedade civil em prol dos direitos de imigrantes e refugiados; - Expedição de recomendações para a tutela de direitos de imigrantes e refugiados.
<b>Defensoria Pública do Estado do Paraná em Curitiba</b>	Assessoria Jurídica	- Atende pessoas que não podem pagar um advogado, oferecendo assistência jurídica integral e gratuita a todos que possuam renda de até 3 salários mínimos (por família) ou que não possam bancar custos honorários advocatícios sem prejuízo do sustento familiar.
<b>Universidade Federal do Paraná</b>	Educação	- Conjunto de seis projetos de extensão que, além do ensino da língua, inclui capacitação em informática, apoio jurídico e até oficinas de História do Brasil, entre outras iniciativas.
<b>Universidade Tecnológica Federal do Paraná</b>	Educação	- Ensino da Língua Portuguesa.
<b>Pontifícia Universidade Católica</b>	Educação	- Ensino da Língua Portuguesa.

Quadro 1. Instituições de Curitiba que apoiam aos refugiados. Fonte: Dados da pesquisa, 2019.



Anexo 2:

INSTITUIÇÕES – LONDRINA	TIPO/ÁREA	AÇÕES DESENVOLVIDAS
<b>Cáritas Arquidiocesana de Londrina e Pastoral do Migrante</b>	Instituição Religiosa	- Acolhida e integração na sociedade.
<b>Gerência Regional do Trabalho e Emprego</b>	Profissional	-
<b>Agência do Trabalhador</b>	Profissional	- NÃO FOI POSSÍVEL CONTATO
<b>Ministério Público do Trabalho do Paraná</b>	Profissional	- Cadastro de migrantes.
<b>Delegacia de Polícia Federal</b>	Assistência Jurídica	- Emissão de documentos.
<b>Universidade Estadual de Londrina – UEL</b>	Educação	- Alfabetização.

Quadro 1. Instituições de Londrina que apoiam aos refugiados. Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Anexo 3:

INSTITUIÇÕES – MARINGÁ	TIPO/ÁREA	AÇÕES DESENVOLVIDAS
<b>Aras/Cáritas Arquidiocesana de Maringá</b>	Instituição Religiosa	- Acolhida e integração na sociedade.
<b>Gerência Regional do Trabalho e Emprego</b>	Profissional	-
<b>Agência do Trabalhador</b>	Profissional	- NÃO FOI POSSÍVEL CONTATO

Quadro 2. Instituições de maringá que apoiam aos refugiados. Fonte: dados da pesquisa, 2019.



## Anexo 4:

INSTITUIÇÕES – PONTA GROSSA	TIPO/ÁREA	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Cáritas Diocesana de Ponta Grossa	Instituição Religiosa	- Atendimento, encaminhamentos, regularização e confecção de documentação.
Delegacia de Polícia Federal	Assessoria Jurídica	- Emissão de documentos.
Gerência Regional do Trabalho e Emprego	Profissional	
Agência do Trabalhador	Profissional	- Encaminhamentos ao mercado de trabalho.
Ministério Público do Trabalho do Paraná	Profissional	- Cadastro de migrantes.
Casa da Acolhida – Diocese de Ponta Grossa	Instituição Religiosa	- Encaminhamento assistencial e psicológico; - Redes de saúde; - Regulamentação de documentos; - Informações sobre doenças e direitos; melhorar condição social; - Fornece leitos para pernoite, banho e 4 refeições por dia.
Igreja Jesus Cristo Dos Santos dos Últimos Dias	Instituição Religiosa	- Apoio religioso; - Moradia; - Apoio socioassistencial de acordo com a necessidade da família.
Igreja Batista Rio Verde	Instituição Religiosa	- Alfabetização; - Colocação no mercado de trabalho; - Apoio a saúde; - Doação de cestas básicas e roupas.
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social	Unidade Pública – Proteção Social Especial	- Serviços de proteção a indivíduos e famílias vítimas de maus-tratos, violência, abuso e exploração sexual e outras formas de violação de direitos, tais como o trabalho infantil, situação de rua, negligência, etc.
Igreja Evangélica Viver Melhor	Instituição Religiosa	- Acolhimento.
Mesquita Iman Azi	Instituição Religiosa	- Atendimento religioso.
CRAS – Centros de Referência de Assistência Social	Unidade Pública – Proteção Social Básica	- Atendimento socioassistencial.

Quadro 4. Instituições de Ponta Grossa que apoiam aos refugiados. Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

## Anexo 5:

INSTITUIÇÕES – CASCAVEL	TIPO/ÁREA	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Cáritas Arquidiocesana de Cascavel	Instituição Religiosa	- Acolhida e integração na sociedade.
Delegacia de Polícia Federal	Assessoria Jurídica	- Emissão de documentos.
Gerência Regional do Trabalho e Emprego	Profissional	
Agência do Trabalhador	Profissional	- NÃO FOI POSSÍVEL CONTATO
Ministério Público do Trabalho do Paraná	Profissional	- Cadastro de migrantes.

Quadro 5. Instituições de Cascavel que apoiam aos refugiados. Fonte: Dados da pesquisa, 2019.



## Referências

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2016). *“Refugiados” e “Migrantes”: perguntas frequentes*. Recuperado em 24 de março, 2019, de <https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (s/d). *Apátridas*. Recuperado em 24 de março, 2019, de <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/>.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2015). *Cartilha para Solicitantes de Refúgio no Brasil*. UNHCR - Agência da ONU para refugiados.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2013). *Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e Internacional de Refugiados e Apátridas*. ACNUR Brasil - Unidade de Proteção.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (s/d). *Dados sobre refúgio no Brasil*. Recuperado em 08 de março, 2019, de <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2019). *Empresas com Refugiados: plataforma de apoio à integração é lançada em SP*. Recuperado em 10 de maio, 2019, de <https://www.acnur.org/portugues/2019/04/09/empresas-com-refugiados-plataforma-apoio-integracao/>.
- Agência UEL de Notícias. (2018). *GT discute ensino de português para imigrantes de Londrina e região*. Recuperado em 19 de janeiro, 2019, de [http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ\\_not&id=27061](http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=27061).
- Appolinário, F. (2012). *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. (2ª ed.). São Paulo: Cengage Learning.
- Bauman, Z. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. (1ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Brasil. (1997). Decreto-lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Recuperado em 17 de janeiro, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm).
- Brasil. (2017). Decreto-lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Recuperado em 07 de maio, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm).
- Bravos, M. (2016). *No Paraná, “Cidade do Refúgio” acolherá vítimas de conflitos e perseguições religiosas*. Recuperado em 14 de maio, 2018, de <http://www.acnur.org/portugues/2016/04/13/no-parana-cidade-de-refugio-acolhera-vitimas-de-conflitos-e-persegucoes-religiosas/>.
- Camargo, L. O. L. (2004) *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph.



- Dencker, A. F. M.; & BUENO, M. S. (2003) *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Godinho, L. F. (2014). *Refugiados sensibilizam sociedade brasileira sobre importância de integração*. Recuperado em 20 de maio, 2018, de <http://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/refugiados-sensibilizam-sociedade-brasileira-sobre-importancia-da-integracao/>.
- Grinover, L. (2009). A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano. *Revista Hospitalidade*, (ano VI, n. 1, p. 04-16, jan. - jun).
- Kadletz, B. (2019) O 'discurso de poluição' e a narrativa sobre refugiados e imigrantes no Brasil. Recuperado em 10 de maio, 2019, de <https://migramundo.com/o-discurso-de-poluicao-e-a-narrativa-sobre-refugiados-e-imigrantes-no-brasil/>.
- Moreira, J. B. (2014). Refugiados no Brasil: Reflexões acerca do processo de integração social. *REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, (Ano XXII, n. 43, p. 85-98, jul. /dez).
- Oliveira, A. C.; & Santos, M. M. C. (2010). *Hospitalidade e Turismo: a busca por novos aportes teóricos*. In: VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo.
- Organização das Nações Unidas. (2017). *Agência da ONU busca soluções pra dificuldades de refugiados em encontrar moradia*. Recuperado em 24 de março, 2019, de <https://nacoesunidas.org/agencia-da-onu-busca-solucoes-para-dificuldades-de-refugiados-em-encontrar-moradia/>.
- Paraná. (2015). *Guia para Migrantes e Refugiados no estado do Paraná*. Distribuição gratuita – Paraná.
- Pimentel, A. B.; Barbosa, R.; Sansolo, D. G.; & Irving, M. A. (2017). Dádiva e Hospitalidade. *Caderno virtual de turismo*, (v. 7, n. 3, p. 26-34).
- Plentz, R. S. (2005). *O Papel da Hospitalidade na Busca de Um Outro Turismo*. In: III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2005, Caxias do Sul. *Anais do II SEMINTUR - CD ROOM do Evento - GT 8*. Caxias do Sul.
- Ponta Grossa. (s/d). *CRAS – Centros de Referência de Assistência Social*. Recuperado em 22 de janeiro, 2019, de <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/smpps/cras>.
- Ponta Grossa. (s/d). *CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social*. Recuperado em 22 de janeiro, 2019, de <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/smpps/creas>.
- Sayad, A. (1998). *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- Sassen, S. (2016). *Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global*. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.



Sudré, L. (2018). *Refugiados no Brasil sofrem com racismo e falta de políticas públicas*.

Recuperado em 15 de novembro, 2018, de

<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/refugiados-no-brasil-sofrem-com-racismo-demora-de-documentacao-e-falta-de-politicas/>.

Tokarski, J. (2017). *Programa da UFPR ajuda migrantes, refugiados e apátridas a*

*superarem desafios encontrados no Brasil*. Recuperado em 17 de janeiro, 2019, de

<http://www.ufpr.br/portalfupr/noticias/projeto-da-ufpr-ajuda-migrantes-refugiados-e-apatridas-a-superarem-desafios-encontrados-no-brasil/>.

Universidade Estadual de Ponta Grossa. (2017). *Projeto InterMig recebe alunos*

*estrangeiros*. Recuperado em 22 de janeiro, 2019, de

<https://portal.uepg.br/noticias.php?id=10620>.

Veiga, E. M. (2004). *Hospitalidade e Hospedagem em Cidades Históricas: um estudo da*

*cidade de Goiás*. 2004. 131 f. Monografia (Especialização em Docência e Pesquisa em

Turismo) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Brasília.



## O lugar da vida: um estudo interdisciplinar sobre migrações internacionais e políticas públicas no Brasil

Luciana de Oliveira Dias

### Resumo

O texto apresenta algumas análises de dados que foram produzidos em uma pesquisa que versou sobre a situação de migrantes internacionais que partem do estado de Goiás, no Brasil, para viverem em outras partes do mundo. Além das principais causas e motivações dos fluxos migratórios internacionais envolvendo esses brasileiros no mundo, foram traçados como objetivos estudar também as rotas preferenciais, bem como os principais destinos. Foram realizadas discussões acerca das políticas públicas para migrantes internacionais, com destaque para sua efetividade e os principais atores envolvidos. Os recursos metodológicos selecionados para o desenvolvimento da pesquisa compreenderam levantamento bibliográfico, análises documentais e realização de trabalho de campo na Europa e nos Estados Unidos. O contato direto com os sujeitos em situação de migração resultou em vasto material discursivo e narrativas que compuseram o repertório dos manuscritos até então apresentados. O estudo que fora realizado tem colaborado para o refinamento de categorias compreensivas e explicativas dos fenômenos migratórios, tais quais: migrante, migrado, estrangeiro, dentre outras. Destaque-se que a interdisciplinaridade foi a perspectiva adotada na produção e análise dos dados, o que fez com que o trabalho se apresentasse mais polifônico e alcançasse setores além da universidade, como o ministério público, conselhos governamentais e movimentos sociais.

### Palavras-chave

Migrações internacionais; políticas públicas; interdisciplinaridade; Brasil.

### Introdução

Presenciamos contemporaneamente um movimento que indica uma reconfiguração das instituições sociais, políticas e culturais, ou pelo menos demandas por esse movimento, conforme estudado por Dias e Oliveira (2015). Essas constantes movimentações são inerentes a conformações societárias altamente “híbridas”, para usar aqui uma definição de Néstor García Canclini (2008). Este autor afirma que a contemporaneidade aglomera sociedades divididas entre o passado e o futuro, entre a tradição e a renovação constante proposta pelos tempos atuais, estes ainda presos às determinações de um tempo que se fora, e que ainda assim vislumbra possibilidades ofertadas por um tempo que virá.



Sobremaneira quando são analisadas as migrações, Canclini (2008) assegura a compreensão de que os fenômenos migratórios são multidirecionais e apresentam um forte potencial para relativizar paradigmas, que diante de processos de “desterritorialização”, que podem ser considerados como redutores grosseiros da realidade vivida.

Neste contexto de contemporaneidade híbrida emerge uma forte demanda por uma revisão dos fluxos migratórios internacionais, adensada por interpretações consistentes e críticas da dinâmica dos fluxos migratórios. Neste texto, o esforço é por ler esse contexto. Uma compreensão preliminar é a de que os fluxos migratórios podem ser explicados por processos de internacionalização de sujeitos, estes pertencentes aos mais variados segmentos sociais. Assim sendo, não são somente escritores, artistas ou exilados políticos os sujeitos migrantes como ocorrera tendencialmente até as primeiras décadas do século XX, mas uma diversidade de sujeitos tem empreendido os deslocamentos pelo planeta e pelas mais variadas causas e motivações. Atualmente, mais de 220 milhões de pessoas estão espalhadas pelo mundo (Rúa, 2009), vivendo fora de seu país de origem. Destaque-se que deste total estimado, mais de três milhões são brasileiros e brasileiras que estão distribuídos principalmente pelos territórios dos Estados Unidos, oeste europeu, Japão e Paraguai. O estado de Goiás, localizado na região centro-oeste brasileira, ganha destaque no cenário nacional por ocupar o terceiro lugar dentre as unidades da federação que mais exportam pessoas (IBGE, 2010), sendo que Minas Gerais ocupa o primeiro lugar e o Rio de Janeiro, o segundo.

Desde uma perspectiva teórica, uma explicação recorrente para os fluxos migratórios contemporâneos é conhecida como push and pull theory. Esta prestigiosa teoria herdada do século passado (Martes, 1999), tem perdido consistência desde a segunda metade do século XX, tendo chegado ao novo milênio já bastante esvaziada de poder explicativo. O descrédito experimentado pela push and pull theory deveu-se a sua limitação na explicação de fatores que não sejam especificamente, ou exclusivamente, econômicos, mas que resguardam também um caráter sociocultural. Vale destacar que quando pensamos em situações migratórias estamos diante de fenômenos altamente complexos, isso por abrigar dimensões múltiplas que dão o tom da própria vida e as interações entre os sujeitos. Esta multidimensionalidade abarca questões que são de ordem econômica, e que são também culturais, societárias, políticas, ideológicas e climáticas, que não podem mais ser desprezadas.

É importante ainda destacar que a push and pull theory, ou teoria da atração e repulsão, tal como informa Ana Cristina Braga Martes (1999), coloca os polos do circuito migratório,



quais sejam: a origem e o destino como estruturados exclusivamente a partir de desigualdades econômicas. Diante desta compreensão descortina-se uma deficiência do próprio corpo teórico que postula que a decisão de migrar configura-se como um cálculo utilitarista que é baseado na relação custo-benefício de suas vantagens individuais. A partir dos anos 1980, a push and pull theory passa a ser severamente criticada por estudiosos que emprestam às migrações um cunho mais sociológico e não apenas um enfoque estritamente financeiro. Ana Cristina Braga Martes (1999, p. 35) atenta-se ao fato de que tanto os pensadores institucionalistas, como Michael Piore, quanto os histórico-estruturalistas, como Saskia Sassen e Alejandro Portes, enfatizam o papel das estruturas socioeconômicas nos movimentos migratórios. A migração adentra, a partir dessas investidas analíticas, em um corpus compreensivo que a toma como um fenômeno marcadamente sociocultural. A autora supracitada informa ainda que “a nova ordem mundial põe em evidência as limitações do modelo de atração e repulsão, especialmente porque os movimentos recentes estão apoiados na expansão da influência cultural dos países de destino sob os de origem, fator este não considerado naquele modelo” (Martes, 1999, p. 36).

Estabelecidos estes pressupostos são tornados possível, para uma análise dos fluxos migratórios, a consideração das estruturas socioeconômicas e das relações humanas observáveis em diversas nuances nas sociedades contemporâneas (Feldman- Bianco, 2010). Desta forma, não há como abrir mão de uma discussão aprofundada sobre as redes sociais, destacadamente sobre suas vertentes presentes nos fluxos migratórios, já que estas habilitam estudos sobre redes migratórias. Uma abordagem teórica multidimensional, que dialoga com a compreensão das redes sociais tecidas na concretização dos fenômenos, permite considerar intersubjetividades relativas tanto ao local de destino, quanto ao local de origem, bem como a consideração de importantes elementos compreensivos e explicativos de realidades complexas. Vivências caracterizadas por essas complexidades abrigam, em um campo de forças e de poder, comportamentos migratórios provocados por, ao mesmo tempo em que conduzem a, relações multicausais. Daí a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar que seja capaz de abarcar mais adequadamente o fenômeno que se pretende estudar.

Conforme estudos já realizados anteriormente (Dias; Oliveira, 2015), o estado de Goiás as migrações internacionais têm sido caracterizadas pelo lugar que o migrante ocupa nas redes sociais nas quais se insere. Reijane Pinheiro da Silva (2011) destaca, em sua tese de doutorado, que para melhor entender o fenômeno migratório envolvendo o estado de



Goiás necessário se faz a compreensão dos complexos laços sociais estabelecidos por meio de contatos familiares, domésticos, de amizade e comunitários e que conduzem a informação, solidariedades e assistência social e financeira. Assumidas essas premissas, é possível a afirmação de que as redes sociais, tornadas redes migratórias, apresentam um forte potencial para explicar, dentre tantos outros elementos, as rotas preferenciais, a duração dos fluxos migratórios, as ocupações e as atividades de trabalho desenvolvidas no país receptor, as negociações e os acordos que envolvem inclusive empréstimos em dinheiro para viabilizar a saída, o significado e a significação de pessoas, lugares e mercadorias.

### **De Goiás para o Mundo: por um entendimento das migrações no século XXI**

Contemporaneamente a emigração caracteriza o Brasil, sendo que o país encontra-se inserido em um período que é definido por Erica Masanet Ripoll (2008) como a “segunda grande onda” migratória da modernidade, esta que teve seu início a partir da segunda metade do século XX. De acordo com a autora, a segunda onda migratória é caracterizada pela saída de emigrantes de países do Hemisfério Sul em direção aos países do Hemisfério Norte, com especial atenção para os Estados Unidos da América, os países da Europa Ocidental e o Japão.

No final da década de 1970 e durante a década de 1980 o Brasil presenciou uma inversão de direcionamento, ou de sentido, dos fluxos migratórios internacionais. Enquanto a primeira onda migratória, que teve lugar nos séculos XIX e XX, trouxe para o Brasil um grande número de trabalhadores, provenientes principalmente de países europeus, marcadamente os latinos (Portugal, Espanha e Itália); no atual cenário, da segunda grande onda migratória, o Brasil constitui-se essencialmente como um país de emigração, emissor de migrantes, sobretudo para Estados Unidos e Europa Ocidental. É evidente que o fluxo para o Brasil não findou, sendo que o país continua a receber imigrantes das mais variadas partes do mundo, entretanto, hoje o perfil que mais caracteriza o Brasil tem, pelo menos até a primeira década do século XXI, traços de um país de emigração.

A direção dos fluxos migratórios internacionais coloca em relevo os processos de mudança como aqueles acontecidos no período pós-crise econômica de 2008. No que se refere especificamente à relação Brasil – Europa, por exemplo, ainda que haja uma continuidade de uma onda migratória internacional neste início da segunda década do século XXI, parece ter invertido um sentido das migrações que fora predominante até o ano de 2008. Ou seja, se antes do período destacado o sentido tendencial dos migrantes era do Brasil



para a Europa, neste final da primeira década o sentido mais marcante é aquele que parte da Europa para o Brasil, seja de migrantes europeus ou de retornados brasileiros. Uma questão que se apresenta e que suscita novos estudos é: estaríamos frente a uma terceira onda migratória internacional? O desenvolvimento de outra pesquisa enfocada nesta problemática pode apresentar respostas a esta questão. Por ora, e no âmbito deste tópico do texto, o intuito é entender um processo migratório caracterizado pela saída de migrantes de Goiás para o mundo.

Um dos locais de origem dos primeiros e mais relevantes fluxos partindo do Brasil rumo ao Hemisfério Norte foi a cidade mineira de Governador Valadares. Segundo Gláucia de Oliveira Assis (1999), a emigração partindo de Governador Valadares em direção ao Estado americano de Massachusetts teve início na década de 1960 e se intensificou nas décadas de 1980 e 1990 como uma espécie de “exílio da crise” que assolou o Brasil na década perdida. É Governador Valadares que primeiro se familiariza com a internacionalização de nacionais, consolidando bases do que futuramente pode ser entendida como uma cultura de migrar para o exterior. A partir das experiências dos primeiros emigrantes valadarenses que vão para os Estados Unidos, e de suas histórias de sucesso, muitos outros sujeitos constroem o desejo de migrar, pontualmente para os Estados Unidos. A configuração que vai se desenhando deixa transparecer as redes de parentesco e de conhecidos que lá estavam e que aqui no Brasil ficavam para tomar conta da parte da vida que não se descolou.

A importância da existência de fluxos estruturados por redes sociais tais como aquela que fora verificada por Assis (1999) pode ser constatada ao se observar as cidades de origem da maior parte dos brasileiros que, no final da década de 1990, emigravam rumo ao Estado Massachusetts (Martes, 1999, p.50, p.56): Governador Valadares (17%), Belo Horizonte (11%), Rio de Janeiro (9%), São Paulo (8%), Ipatinga

(6%), Vitória (5%), Goiânia (4%), Anápolis (3%), Brasília (3%) e Criciúma (2%). O estudo demonstrou que também as cidades goianas aparecem como despertadas para os processos migratórios internacionais, sendo lideradas por Goiânia e Anápolis. Essas duas cidades aparecem na pesquisa desenvolvida por Reijane Pinheiro da Silva (2011) que também demonstra a importância da cidade mineira supracitada, todavia destaca, e estuda de maneira aprofundada, a impactante presença de brasileiras e brasileiros oriundos do estado de Goiás na República da Irlanda. A autora, em sua tese de doutorado, lembra que

*Apesar dos estudos em geral apontarem a cidade de Governador Valadares como polo inicial das migrações para o país, muitos pesquisadores citam a expressiva presença de*



*brasileiros oriundos de Goiás e ressaltam a constituição de comunidades por origem regional, claramente estruturadas a partir das redes sociais que impulsionam as migrações. (Silva, 2011, p. 46).*

As entrevistas que foram realizadas com emigrantes retornados ao estado de Goiás evidenciaram a fundamental importância das redes sociais nos processos de estruturação das redes migratórias e do próprio ato de migrar. Ao serem perguntados sobre as motivações de sua escolha por determinado país de destino, todas as pessoas que foram entrevistadas mencionaram a presença de pessoas (ou instituições) que pudessem oferecer apoio no país receptor, fossem elas parentes, amigas ou conhecidas (amigos de amigos). A inserção em redes migratórias desenha-se como fundamental para impulsionar, estimular, eleger o local de destino, a atividade laboral a ser exercida, assegurar a permanência no local de destino, eleger o momento de retorno, etc.

Um dos entrevistados retornados que foi à Worcester em duas oportunidades, a primeira no período 2000-2002 e a segunda entre 2005-2008, foi bastante enfático ao responder por que havia escolhido os Estados Unidos e essa região em especial: “Justamente porque era a única região onde tinha pessoas que a gente conhecia. Nós já tínhamos contato com pessoas que estavam nessa região. [Eu tinha] amigos e parentes, familiares, eu tinha um tio que já tinha morado nessa região, que estava morando lá, e tinha uma amiga do meu pai que também estava morando nessa região” (Retornado 3). E seu irmão, que também migrara no período 2000-2002, respondeu que foi para essa cidade “porque já tinha uma pessoa que estava já... esperando pra... pra me dar o suporte que eu precisava” (Retornado 1).

Nestas primeiras décadas do Século XXI o conceito de redes migratórias ajuda a entender os deslocamentos realizados por pessoas que tem o estado de Goiás como referência e que decidem partir rumo ao exterior para “tentar uma vida melhor” (Emigrado 8) com toda a complexidade que esta expressão resguarda. Vale destacar que a referência que se faz é a um fenômeno significativo e que envolve vários municípios goianos, dentre os quais podem ser destacados: Goiânia (41.526 emigrados, ou 39% do total de emigrados), Anápolis (12.102, ou 11%), Aparecida de Goiânia (9.061, ou 9%), Senador Canedo (1.793, 2%), Trindade (1.560, 1%), Caldas Novas (1.387, 1%),

Inhumas (1.322, 1%), São Luís dos Montes Belos (1.113, 1%) e Uruaçu (1.003, também com 1%). Verifica-se também, que todos os outros 237 municípios goianos cuja população emigrada foi relatada no Censo Demográfico de 2010 totalizam 34% do total, o que representa 35.891 goianos e goianas vivendo fora do Brasil.



### Por uma compreensão das redes sociais em contextos de migração

A concepção de redes sociais tem se apresentado como uma possibilidade explicativa no campo das Humanidades, de forma geral, por permitirem considerar a não aleatoriedade dos fenômenos sociais. A constituição destes fenômenos sociais está intimamente atrelada a formas de articulação em empreendimentos sociais que são conduzidos por indivíduos interessados e que protagonizam sua própria existência (DIAS, 2012). Atentando-nos aos fluxos migratórios internacionais pode ser notada uma consolidação de redes sociais que tem sido responsáveis pela geração de solidariedades que fazem com que arranjos os mais diversos, complexos engajamentos e múltiplas mobilizações sejam feitos na busca por mudanças e deslocamentos que são espaciais, e também econômicos, linguísticos, climáticos e culturais.

Considerando as diversas modalidades migratórias que expandem a dimensão interna a um país, bem como considerando também todos os seus desdobramentos, fazem-se presentes significativos desafios cognitivos das migrações internacionais nos quais estudiosos buscam por novos paradigmas mais capazes de explicar o próprio fenômeno. Neide Lopes Patarra e Rosana Baeninger (2006) destacam que mais que o volume de imigrantes em deslocamentos populacionais, a demanda é por estudos acerca das especificidades. Fundamental hoje é pensar em questões de direitos de migrantes que apresentam intencionalidades subjetivamente orientadas e localizam-se em espacialidades subjetivamente consolidadas. Para tornar mais lúcido o entendimento de instâncias que instigam uma necessidade de mobilidade e deslocamento nos indivíduos, o destaque a seguir é para uma discussão teórica sobre o fenômeno migratório envolvendo a consolidação de redes sociais.

Há toda uma produção bibliográfica (Patarra, 2005; Soares, 2002; Vainer, 2002; Singer, 1976, dentre outros) sustentada em uma compreensão de que as migrações apresentam motivadores socioculturais, econômicos, ideológicos, climáticos e políticos que, conjuntamente, atuam como estimuladores dos referidos processos migratórios assentando-se nas interações entre sujeitos. John Arundel Barnes (2010), ao analisar as redes sociais e refletir sobre esse conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam um indivíduo a outros, situa o debate informando que “o emprego da rede social ajuda-nos a identificar quem são os líderes e quem são os seguidores, ou a demonstrar que não há padrão persistente de liderança” (Barnes, 2010, p.176). O entendimento aqui vigente é o de que os sujeitos, inseridos nas redes sociais, elevam-se a agentes dos processos.



O conceito de redes sociais é essencial para a compreensão de situações que envolvem a vida e as relações que são empreendidas pelo migrante, cuja contínua requisição de apoio ocorre em um contexto delimitado pelas relações preexistentes à migração. Ou seja, as interações entre os sujeitos envolvidos em uma situação de diáspora são marcadas pela presença das redes sociais que preexistem, alimentam e moldam os contornos das redes migratórias, já que estas estão subsumidas àquelas (Truzzi, 2008). A ideia de redes migratórias é complementada pela conceituação de quase grupo [quasi-groups] oferecida por Adrian Mayer (2010). Se, para este autor, os grupos ou associações constituem-se como interações de um número determinado de pessoas que mantêm relações previsíveis entre si, os quase-grupos são caracterizados por um ego, cuja existência é condição sine qua non para a permanência de todo o quase-grupo, além da realidade nas quais as ações dos membros do quase-grupo só têm relevância na medida em que são interações com o próprio ego ou com o seu intermédio.

De acordo com Mayer (2010, p. 140), os quase grupos podem ser divididos em duas categorias, quais sejam: 1. Aqueles que não apresentam uma estrutura claramente identificável, mas que resguardam entre seus membros afinidades e interesses comuns que, a qualquer momento, podem conduzi-los à necessidade de formarem um grupo definitivo. Chamado de “quase grupo potencial”, é uma categoria que se consolida a partir da interação entre sujeitos que negociam seu status diante de outros sujeitos; 2. Aqueles que apresentam certo grau de organização, muito embora não possam ser considerados grupos. O autor os nomina de “quase grupos interativos” devido ao fato de se sustentarem sobre uma coletividade que interage de maneira minimamente orquestrada, demonstrando um nível mínimo de organicidade. Os quase grupos são importantes instrumentos para que sejam analisados os laços que se formam entre sujeitos que avançam em suas investidas migratórias.

Para Ana Cristina Braga Martes (1999, p. 17), “as redes sociais, geralmente de parentesco, amizade ou mesmo religiosas, são fundamentais para explicar como os brasileiros chegam ao país de destino, sobretudo porque elas ajudam a reduzir o custo psicológico e econômico da emigração”. A autora complementa suas reflexões informando que as redes sociais reduzem os custos da migração, sejam eles psicológicos ou financeiros, por assegurarem apoio, informação sobre trabalhos disponíveis, possibilidades de moradia e outros recursos que sustentam os fluxos migratórios. Martes (1999) assevera também que as análises dos deslocamentos populacionais não podem se restringir à ação individual, visto que a decisão de emigrar não é sustentada isoladamente, mas é uma decisão do



grupo de pessoas que são ligadas por laços múltiplos, sejam eles de amizade, de conhecimento, de vizinhança ou de parentesco.

As redes de envio e recepção de migrantes interagem e conformam novas redes que são formadoras de novas sociabilidades, de forma que ao sustentar o empreendimento migratório, as redes possibilitam ao sujeito emigrado a de efetivação de novos laços nos locais de destino (Truzzi, 2008). Esses laços são definidos, antes de tudo, pela alteridade inexoravelmente significativa na consecução de um processo constitutivo do “eu” para além das fronteiras do país de origem. O conceito de transmigrante, trabalhado por Gláucia de Oliveira Assis (1999), auxilia em um avanço na apreensão do que está sendo afirmado neste texto. Para a autora o transmigrante desenvolve e mantém múltiplas relações - familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas -, que ampliam as fronteiras, colocando em inter-relação o global e o local.

### **Redes migratórias e as particularidades do estado de Goiás**

Goiás apresenta uma especificidade, que gravita em torno da expressividade percentual dos deslocamentos internacionais realizados, no que se refere aos fluxos migratórios que envolvem o estado. Em Goiás, foram recenseados, tendo por base dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, 6.003.788 habitantes, sendo que aproximadamente 300 mil goianos e goianas estariam vivendo fora do Brasil, o que representa aproximadamente 5,00% do número de goianos (Chidiac, 2011, p. 157). É curioso notar que um Estado do Centro-Oeste brasileiro, sem fronteiras internacionais ou saídas marítimas se configure como uma Unidade Federativa com a alta taxa migratória (Dias; Oliveira, 2015). Igualmente interessante é observar que cidades interioranas se constituem grandes polos de saída de migrantes e instigam uma averiguação cuidadosa acerca de como se dá o ato de migrar a partir da observação de particularidades locais.

As redes migratórias, que apresentam uma potência amalhada por relações de parentesco, de amizade ou vizinhança, são fatores determinantes para o empreendimento migratório e interferem diretamente na decisão de migrar. Desta forma, as redes migratórias podem ser convertidas em robustas matrizes explicativas do fenômeno em tela. Especificamente, essas matrizes foram alcançadas ao lançar luz sobre as especificidades que envolvem o estado de Goiás. Estas considerações são coerentes com a discussão já feita anteriormente e que diz sobre os elementos impulsionadores do ato de migrar. Estes elementos são caracterizados pela multicausalidade e pela complexidade que envolve



dimensões coletivamente consolidadas e organizadoras do ato de migrar, merecendo destaque a rede social e a formação de quase grupos.

As redes migratórias ganham consistência conceitual ao serem enfocadas, para análise, algumas cidades goianas que apresentam reduzido contingente populacional (IBGE, 2010) e que, no entanto, apresentam altas taxas migratórias, ou seja, superior a 4%. Destaque-se neste instante o caso das cidades de Santa Terezinha de Goiás que conta com 6,76% de sua população vivendo fora do país, Córrego do Ouro que apresenta 6,51% de sua população no exterior, Brazabantes com 4,65% em situação de migração internacional, Pilar de Goiás, com 4,24%, Ouro Verde de Goiás, com 4,20%, Professor Jamil, com 4,15% e Matrinchã, com 4,01% de sua população vivendo fora do Brasil. A explicação para essas altas taxas migratórias que foi mais ouvida durante a aplicação de entrevistas aos retornados no estado de Goiás foi: “Ah, um puxa o outro”. E a evidência da qual não se pode desvencilhar apresenta redes migratórias como fornecedoras de “contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um instrumento valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos” (Truzzi, 2008, p. 208).

A efetividade das redes migratórias perpassa todo o deslocamento realizado, em suas mais variadas fases. Assim sendo, as redes migratórias são alimentadoras do processo não somente na construção do momento da partida, mas também da permanência e do retorno, influenciando até mesmo um possível momento de reinaugurar outra partida. Ao chegar ao local de destino, o migrante se divide entre o estar aqui e o estar lá, para usar a expressão oferecida por Gláucia de Oliveira Assis (1999), o que ocasiona a manutenção e reestabelecimento de redes sociais em uma espécie de “rede total” (Barnes, 2010). A rede total na qual se insere, e é inserido, o sujeito que migra pode ser mais bem compreendida a partir de uma segmentação em quatro redes parciais que tomam o evento migratório individual como ponto de referência, quais sejam: a) redes pré-existentes; b) redes determinadas pela origem; c) redes determinadas pelo destino e; d) redes de alteridade insider-outsider.

As redes pré-existentes são aquelas verificáveis antes da emigração, ou seja, que são constituídas independentemente da ativação do empreendimento migratório. São caracterizadas por ligações entre o sujeito que migra e outros indivíduos que com ele mantém relações, podendo ser parentes, amigos, colegas ou conhecidos. No contexto migratório, essas redes não se rompem, mas se fortalecem já que o indivíduo que migra mantém relações cada vez mais constantes com essas pessoas. A constância e



manutenção das relações pessoais e dos afetos devem-se, sobretudo, a uma evolução contínua dos meios de comunicação, sobretudo a internet, ou às redes sociais virtuais para que não se saia da mesma trilha compreensiva. Analisando os dados produzidos a partir das entrevistas que foram realizadas, foi possível notar que as interações entre os que ficam e os que partem são marcadas sobretudo pela utilização do termo “saúde”. A saúde está presente nos discursos daqueles que migram de maneira recorrente e tem sido utilizada como impulsionadora de ações, apresentando poderes inclusive para interromper o processo migratório.

As redes determinadas pela origem referem-se às relações mantidas pelo emigrado com outros indivíduos do mesmo país, região ou cidade de origem também em situação migratória. Geralmente esses indivíduos representam pontos de referência muito importantes para o migrante, dado que existe uma relação de identificação pelo simples pertencimento a um lugar em comum. Além de ser constituída por pessoas com quem se mantém relações de parentesco ou amizade, essa rede parcial engloba outros migrantes desconhecidos que passam a fazer parte da rede de relações do migrante e que podem vir a constituir-se uma comunidade. Como exemplos podem ser citadas as comunidades mineira (especialmente valadarense) e goiana em Boston (Martes, 1999), e ainda a comunidade anapolina no interior da Irlanda (Silva, 2011) e também a comunidade goiana na região da Bay Area em San Francisco, Califórnia, que foi observada em trabalho de campo no âmbito da Pesquisa Goianos(as) pelo Mundo: fluxos migratórios internacionais e políticas públicas.

A terceira dimensão das redes sociais da qual participa o migrante é aquela determinada pelo destino e que se refere aos contatos estabelecidos e mantidos entre o migrante e outros migrantes de outras nacionalidades que estejam vivendo na mesma região no país receptor. Em entrevista a um goiano retornado que viveu em uma pequena cidade no estado de Massachusetts, foi obtida a seguinte resposta à pergunta sobre contatos com pessoas de outros países: “é o que mais tem dentro dos Estados Unidos. Tenho amigos chilenos, equatorianos, tenho amigos argentinos...” (Retornado 1). Outras entrevistas realizadas com retornados goianos e goianas, bem como a experiência de campo que foi realizada, sobretudo a visita a Richmond (Califórnia), informam sobre uma realidade na qual convivem juntos imigrantes de vários países, sobretudo latino-americanos e africanos. As redes sociais que se estabelecem aproximam esses estrangeiros e seja no trabalho, na igreja, no lazer, nas trocas de experiências culinárias e linguísticas, esses sujeitos reconstróem laços entre aqueles que estão fora de casa.



As redes de alteridade insider-outsider são caracterizadas pela entrada dos nativos do país receptor nas novas relações sociais estabelecidas pelo sujeito que migra. Os nacionais do país de destino inauguram relações com aquele sujeito que chega alocando a interação no campo da “alteridade radical” (Peirano, 1999), já que distanciada. Não são raros os casos de contatos restritos ao estritamente necessário, como por exemplo, à prestação de um serviço, que pode ser inclusive, e em grande quantidade dos casos observados é, intermediado. Exemplar do que está sendo dito está no discurso dos retornados, ou mesmo dos emigrados há décadas, que informam que não apreenderam o idioma do país onde viveram durante longos anos. Essas relações em redes de alteridade insider-outsider geralmente são marcadas pela posição inferior ocupada pelo migrante que pode ser caracterizado como um invasor ou um indesejado. Devido a esta forma de instaurar relações sociais, o que é muito comum em contextos migratórios, os migrantes têm ocupado lugares de subalternidade, muitas vezes expressas pela ocupação das piores vagas de emprego no país receptor. Um dos retornados que fora entrevistado informa ter sido suas relações com os estadunidenses exclusivamente caracterizadas por “uma situação trabalhista” (Retornado 2).

Uma apreensão mais sócio-antrópica, portanto marcada pela interdisciplinaridade, das redes migratórias auxilia na compreensão de fenômenos altamente complexos como são os fluxos migratórios internacionais. Esta possibilidade compreensiva e explicativa permite uma aproximação da realidade migratória considerando todos os atores envolvidos e diminuindo uma aleatoriedade tendencialmente atrelada aos fenômenos econômico-financeiros. As redes migratórias são ainda responsáveis por aproximações e solidariedades que conduzem a mobilizações que dão concretude a desejos, aspirações e sonhos que são tornados possíveis no ato do deslocamento. O migrante, ao inserir-se em uma rede migratória não somente realiza a migração, mas a constrói como um desejo, a realiza pelo deslocamento, a interrompe com o retorno, a mantém viva eternizando sua permanência no país de destino e a complexifica em desdobramentos que o enlaça a outros sujeitos.

### **Algumas Considerações**

O esforço de compreender e discutir sobre as redes sociais em contextos de migração internacional foi levado a cabo neste texto a partir do interesse em situar um debate acerca das redes migratórias, está sendo tratada como uma categoria conceitual robusta e que demanda por uma postura interdisciplinar. Objetivando fortalecer os argumentos empregados foi realizada uma análise de dados que foram coletados no âmbito do projeto



de Pesquisa Goianos (as) pelo mundo: fluxos migratórios internacionais e políticas públicas, entre os anos de 2011 e 2013. Esta ação, além de permitir um enfoque necessário às particularidades do estado de Goiás, adensou consideravelmente o debate teórico e acerca das redes migratórias, ao mesmo tempo em que trouxe para o texto a voz daquele sujeito que empreende o fenômeno migratório. Os movimentos diaspóricos têm acontecido em contextos marcados pela coletividade, e formação de grupos ou quase grupos, que é consolidada sobre redes complexamente tecidas e que tem servido de suporte indispensável na realização das migrações internacionais. A partir dos dados produzidos e analisados e também da ampla bibliografia disponível sobre a as migrações internacionais e da, não tão ampla, bibliografia sobre a migração internacional de pessoas oriundas do estado de Goiás, foi possível realizar uma abstração reflexiva cujo enfoque é a situação de migrante internacional e as relações por ele mantidas nos países de destino em decorrência do empreendimento migratório. Este enfoque nos aproxima de uma curiosidade que diz respeito aos processos de identificação dos sujeitos como protagonistas nesses deslocamentos pelo planeta.

Considerando a amplitude da temática aqui abordada, mesmo o recorte mais simples acaba por considerar variáveis as mais diversas, que perpassam transversalmente uma miríade de outros temas, de modo que a delimitação da situação migratória envolvendo pessoas oriundas do estado de Goiás, bem como a existência de uma rede social total e de redes sociais parciais não consegue abarcar toda a realidade do empreendimento migratório, tampouco a completude de seu impacto e importância para o sujeito que migra, ou mesmo as ações e políticas públicas em sua totalidade. Todavia é valioso o esforço modesto na busca pela compreensão e explicação das redes sociais migratórias, a partir da consideração do estado de Goiás no cenário das migrações internacionais. Por fim é fundamental ressaltar a importância da realização de outros estudos acerca da temática abordada.

### Referências bibliográficas

- Assis, G. de O. Estar aqui... estar lá... uma cartografia da emigração valadarense para os Eua. In: Reis, R. R.; Sales, T. (Orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- Barnes, J. A. Redes Sociais e o processo político. In: Feldman-Bianco, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.



Boyd, M. Family and Personal Networks in International Migration: recent developments and new agendas. *International Migration Review*. Vol. 23, Nº 3, 1989, p. 639 – 669.

Canclini, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2008.

Chidiac, E. Migrações e Relações Internacionais. *Revista UFG*. Goiânia, julho XIII nº 10, p. 159-160, 2011. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/Revista%20UFG%20Julho%20-%202011/arquivos\\_pdf/migracoes\\_relacoes\\_internacionais.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/Revista%20UFG%20Julho%20-%202011/arquivos_pdf/migracoes_relacoes_internacionais.pdf)>. Acesso em: jun. 2012.

Dias, L. De O.; Oliveira, B. P. de. "Redes Sociais e Migratórias: Goiás no cenário das migrações internacionais". In.: Dias, L. De O.; Lucena, A. F. (Orgs.). *Migrações Internacionais e Políticas Públicas: Goianos/as no Mundo*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico / Editora PUC-GO, 2015.

Dias, L. de O. "Direitos Humanos e Princípios Éticos". In: Freire, A. F. *Regimes Internacionais: temas contemporâneos*. Curitiba: Juruá, 2012.

Feldman-Bianco, B. Introdução. In: Feldman-Bianco, B. (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

IBGE. *População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/Brasil\\_tab\\_1\\_4.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_4.pdf)>. Acesso em: 01/05/2012.

Martens, A. C. B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Mayer, A. C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Patarra, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo: *Perspectiva*, v.9, n.3, p. 23-33, 2005.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>>. Acesso em: 08/08/11.

Patarra, N. L.; Baeninger, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. v.21, n.60, p. 83-102, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29762.pdf>>. Acesso em: 09/08/11.

Peirano, M. G. e S. A Alteridade em Contexto: A Antropologia como Ciência Social no Brasil. *Série Antropologia*. v. 1, n.255, p. 1-35, 1999.

Ribeiro, G. L. O que faz o Brasil, Brazil: jogos identitários em São Francisco. In: Reis, R. R.; Sales, T. (Orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.



Ripoll, E. M. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha. *Revista Brasileira de Estudos de População*. v.25, n.1, p.151-165, 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n1/v25n1a09.pdf>>. Acesso em 08/08/2011.

Rúa, T. A. *Migraciones, remesas e desarrollo en tiempos de crisis*. Lima: PUCP/ CISEPA, 2009.

Silva, R. P. da. *O Sertanejo Além-Mar: Identidade regional e imigração goiana na República da Irlanda*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2011.

Singer, P. (1976). *Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo*. In: Moura, H. (Org.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

Soares, W. *Da Metáfora à Substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Tese de Doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. 2002.

Truzzi, O. *Redes em processos migratórios*. *Tempo Social – revista de sociologia da USP*, v.20, n.1, jun-2008, p.199-218. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>>. Acesso em: 08/10/2012.

Vainer, C. B. *Deslocamentos Compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório*. In: Carleial, A. N. (org.). *Transições Migratórias*. Fortaleza: Edições Iplance, 2002.